



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZENOVE, no auditório do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde – Tocantins, localizado na Quadra 104 Norte, Avenida LO 4.Lote 19, Plano Diretor Norte, Palmas – TO, deu-se início às quatorze horas e quinze minutos 14:15 em segunda chamada, constatando que existe quórum suficiente, deu-se início a **5ª Reunião ordinária de 2019 do Conselho Municipal de Saúde de Palmas – CMS**. A reunião foi coordenada pelo presidente do Conselho Municipal de Saúde, **Antônio Grangeiro Saraiva**, representante dos usuários, e assessorada pela secretária executiva do CMS. Estavam presentes os (as) conselheiros (as) titulares e suplentes: **Frederico Frederique Silverio; Jaciela Margarida Leopodina; Gilian Cristina Barbosa; Marttha Aguiar Franco Ramos; Laeticia Jesen Eble; Ana Cristina Linhares Galvão Silva; Mário Augusto Santana dos Anjos; Giancarlo de Montemor Quagliarello; Stefhane Santana da Silva, Cliseuda da Silva; Luiz Fernando Amaral Neife; João Batista Alves, Raphael Cota Couto; Joseane Araújo Franco; Antônio Grangeiro Saraiva; João Cardoso Lima; Vilma Maria Gomes da Silva; Laura Maria dos Anjos; Romeu Aloísio Feix; Sandra Maria Ribeiro Leitão e Múcio José B.Lopes Fernandes. ITEM 01 – Apreciação da Pauta. Antônio Grangeiro Saraiva** questionou se todos concorda com a pauta? **Joseane Araújo Franco** informou que gostaria de fazer uma alteração no item 04. Ressaltou que no item 04 vai ser apresentado o Plano de Ação de Prevenção ao Suicídio e Automutilação na Adolescência e gostaria que esse item fosse apreciado e deliberado. **Luiz Fernando Amaral Neife** informou que gostaria de pedir vista do item 05 que trata da Pactuação Interfederativa (SISPACTO) ano de 2019. Informou que no documento enviado não tem o que é essa Pactuação Interfederativa (SISPACTO). **Frederico Frederique Silvério** informou que de acordo com o Regimento interno do Conselho o conselheiro só poderá pedir vista depois da apresentação da matéria. **Antônio Grangeiro Saraiva** colocou em votação a pauta com a alteração solicitada pela conselheira Joseane. Informou que a pauta foi aprovada com a alteração solicitada. **ITEM 02 – Justificativas de faltas / aniversariantes do mês / novos conselheiros. Antônio Grangeiro Saraiva** informou que a conselheira Kássia Costa Barros justificou o motivo da sua ausência. Informou que João Cardoso Lima e Antônio Grangeiro Saraiva são os aniversariantes do mês de maio. **ITEM 03 – Deliberação das atas da 12ª reunião ordinária e 11ª reunião extraordinária de 2018, 2ª reunião ordinária, 4ª reunião ordinária, 1ª reunião extraordinária e 2ª reunião extraordinária de 2019. Antônio**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

Grangeiro Saraiva informou que os conselheiros Sandra Maria e Mario Augusto solicitaram algumas correções nas atas. As correções foram feitas e posteriormente encaminhada para os conselheiros . Ressaltou que não houve nenhuma solicitação de correção por parte dos demais conselheiros. **Antônio Grangeiro Saraiva** colocou em votação as atas da 12ª reunião ordinária e 11ª reunião extraordinária de 2018, 2ª reunião ordinária, 4ª reunião ordinária, 1ª reunião extraordinária e 2ª reunião extraordinária de 2019. Informou que as atas foram aprovadas. **ITEM 04 – Apreciação e Deliberação do Plano de Ação de Prevenção ao Suicídio e Automutilação na Adolescência.** **Leny M.C.M Carrasco** fez a apresentação do Plano de Ação de Prevenção ao Suicídio e Automutilação na Adolescência. **Stefhane Santana da Silva** parabenizou a senhora Leny M.C.M Carrasco pela apresentação. Questionou como vai ser a viabilidade do projeto? É quais os centro de saúde que vai contribuir com esse projeto? **Dhieine Camiski** gerente de saúde mental informou que recebeu várias manifestações tanto do conselho como da ouvidoria reclamando da saída da profissional Leny do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) II .Esse projeto serve para tratar o suicídio e a automutilação como uma questão social (não audível). **Joseane Araújo Franco** parabenizou a senhora Leny M.C.M Carrasco. Questionou se existe uma rede de atendimento ao suicídio no município para prevenção, promoção e tratamento do comportamento suicida ? Qual o planejamento estratégico da gestão para capacitação dos trabalhadores para trabalharem em parceria nesse projeto quanto vale uma vida? Como se dar o tratamento de pós intervenção anti suicida ? A gestão está pensando em mais colaboradores para ajudar nesse projeto? **Leny M.C.M Carrasco** informou que em relação às escolas escolhidas e na lógica que a escola que faz parte daquele território. Está sendo usado a lógica que esses adolescentes vão ser atendidos naquela unidade e já foi acordado com os profissionais do NASF e eles que deram a ideia que os endereços seriam as escolas. Como esse projeto não está acontecendo na cidade inteira é necessário fazer uma lógica diferente em relação a referência .Como isso foi construído junto com os profissionais eles que sugeriram isso. **Dhieine Camiski** a rede de atenção psicossocial ela é responsável por coordenar esse cuidado em relação às pessoas sem situação de tentativa de suicídio. Existe dois serviços de saúde responsável por esse cuidado com esses pacientes que é o Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) II e o Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS/AD) III. A agência de saúde mental tem 25 planos de ação em andamento e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

cinco desses planos e apenas de estruturação, cinco de manutenção e os outros quinze é de formação (não audível). **Martha Aguiar Franco Ramos** informou que tem uma filha adolescente e ver que nas escolas particulares têm um alto índice de jovens que estão fazendo uso de remédios controlados e até mesmo caso de suicídio. Como está sendo implantado esse projeto piloto primeiramente nas escolas públicas ,acredita que poderia ser pensado em fazer algumas ações nas escolas particulares,pois o suicídio hoje atinge todas as classes sociais. **Romeu Aloísio Feix** questionou como funciona o fluxo dentro da escola?(não audível). **João Cardoso Lima** informou que esteve a frente durante 12 anos da associação estadual das pessoas com deficiência e participou e participa de associações de moradores e sabe de muitos casos de suicídios que acontece dentro da comunidade. Ressaltou que o seu filho já sofreu de depressão e tem ajudado bastante o seu filho a superar a depressão. Informou que trabalha a cabeça do seu filho dentro da casa. As situações de suicídios acontece é dentro da sociedade e muitos casos não chega a escola,os casos mais sérios ficam fora das escolas. Existem entidades que são mais presentes na sociedade para tentar ajudar as pessoas que pensa em suicidar. Ressaltou que acredita que o Hip Hop não é bom para as pessoas que estão pensando em suicídio,pois a maioria das pessoas ligam o Hip Hop ao uso e venda de drogas. É necessário trabalhar políticas de prevenção ao suicídio dentro das escolinhas de futebol. **Leny M.C.M Carrasco** informou que em relação ao HIP Hop é um preconceito que as pessoas tem e o Hip Hop é uma cultura muito diferente dos que as pessoas imaginam. O Hip Hop e para tirar muitos adolescentes do mundo das drogas. Em relação às escolinhas de futebol não são todas as pessoas que tem a capacidade para jogar futebol ,tem pessoas que são melhores em matemática e é necessário pensar em todos. Estamos conversando com a comunidade e as ONGS para trazer para as mesmas para esse debate nas escolas .A respeito das escolas particulares informou que já ofereceu a sua palestra só que as escolas não querem é necessário o interesse dessa comunidade . O suicídio ainda é um tabu e eles não querem falar sobre. Ainda existe um tabu muito grande e o problema é que no CAPS se atende muito mais pessoas de classe média e média alta. As pessoas avisam antes de cometer um suicídio só que não estamos preparados para reconhecer esse aviso. Não é normal a pessoa querer morrer .Em relação ao fluxo vai ser a capacitação dos profissionais vão aprender o fluxo junto com os residentes. **Luiz Fernando Amaral Neife** questionou qual a dimensão desse projeto? Quem são os profissionais desse projeto? De



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

onde vem o recurso para esse projeto? **Leny M.C.M Carrasco** informou que não tem orçamento esse projeto.(não audível). **Antônio Grangeiro Saraiva** colocou em votação o Plano de Ação de Prevenção ao Suicídio e Automutilação na Adolescência. Informou que o Plano de Ação de Prevenção ao Suicídio e Automutilação na Adolescência foi aprovado.

ITEM 05 – Apreciação e deliberação da Pactuação Interfederativa (SISPACTO) ano de 2019. **Nina Maria** fez a apresentação da Pactuação Interfederativa (SISPACTO) ano de 2019. **Gilian Cristina Barbosa** informou que gostaria de fazer algumas considerações de como ocorre o processo de Pactuação com o estado. A Pactuação Interfederativa é obrigatória, existe um rol de 23 indicadores e o estado tem o papel de conduzir esse processo de pactuação junto com o município. O município tem autonomia para definir o valor a ser pactuado na meta e a ser alcançada para próximo ano. Todos esses indicadores possui o parâmetro nacional, mas o município na hora de pactuar avalia o parâmetro nacional que é o norte, mas deve ser avaliado também a estrutura e capacidade de alcance ou não desses indicadores. **Mário Augusto Santana dos Anjos** informou que o não alcance de metas é uma situação e a pactuação é outra. É necessário buscar intensificar e buscar gradativamente o alcance das metas. Nos casos das vacinas não é contemplativa ao seu ver e a dengue em Palmas vem fazendo uma pactuação baixa é necessário fazer uma pactuação de um índice maior. **Joseane Araújo Franco** informou que de acordo com a apresentação da Nina para a elaboração do SISPACTO e feita uma análise das série histórica dos anos anteriores e a partir disso é feita a projeção para o ano seguinte. Questionou Como é feita a metodologia de pactuação dos indicadores? **Gilian Cristina Barbosa** informou que em relação a citologia os exames feitos em laboratórios não credenciados não são contabilizados nos indicadores e os gestores estão lutando constantemente para que esses exames sejam inseridos nos indicadores. Em relação às vacinas esse indicador específico de vacinação contempla quatro vacinas e esse indicador só consegue atingir 100% se a criança tomar o esquema completo das quatro vacinas. Para além desse indicador existem outras vacinas que tem uma cobertura diferente, mas realmente existe uma dificuldade. Uma outra dificuldade que precisa ser colocado no indicador das vacinas é o acesso, porque hoje as salas de vacinas encerra às 18 horas e muitos trabalhadores não consegue levar seu filho para vacinar, mas a gestão vem trabalhando para manter a cobertura vacinal com o preconizado. Sobre a metodologia tem o rol e a área técnica do estado faz uma proposta de meta e o município avalia sua



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

série histórica e quais as dificuldades. O município tem que considerar a sua capacidade, quais a rede de serviços e os pontos de atenção para ele conseguir atingir ou não os indicadores. É importante lembrar que o rol desses 23 indicadores alguns deles não competem somente ao setor saúde, como por exemplo a taxa de mortalidade infantil e materna. (não audível). **Frederico Frederique Silvério** informou que foi pactuado acima da referência nacional de acordo com o que estado propôs. **Heguel Albuquerque** informou que em relação a dengue a preocupação é com a escassez de profissionais, pois não são suficientes para a demanda do serviço e isso é refletido nesses índices que são pactuados abaixo do preconizado e isso resulta em uma sobrecarga de serviço para o trabalhador. É necessário agilizar urgentemente concurso público para a saúde. **Luiz Fernando Amaral Neife** informou que gostaria de pedir vista da matéria, porque algumas informações precisa ser esclarecidas. Ressaltou que gostaria de saber como a gestão conseguiu os resultados dos indicadores? **Frederico Frederique Silvério** informou que tem um caderno que fica disponível a todos no site do Ministério da Saúde e cada indicador traz uma metodologia e a fonte de onde deve se buscar a base populacionais que devem ser tidas como referências. Inclusive tem indicadores que utilizam base populacionais baseadas em censos anteriores, cada sistema que o município orienta compõem esses indicadores. Cada indicador tem uma metodologia própria e tem a indicação da fonte que se buscou para a elaboração. Existe também uma projeção através dos dados do IBGE e tem o monitoramento do estado que confere todas essas bases de dados e o ministério da saúde que através do monitoramento e auditorias dos relatórios de gestão para ver se essas metodologias realmente estava sendo cumpridas. **Antônio Grangeiro Saraiva** informou que o conselheiro Luiz Fernando Amaral Neife está pedindo vista do item apresentado. O regimento afirma que o pedido de vista precisa ser aprovado pela plenária do Conselho Municipal de Saúde. **Antônio Grangeiro Saraiva** colocou em votação o pedido de vista solicitado pelo conselheiro Luiz. Informou que houve 5 votos a favor do pedido de vista, 10 votos contra e 3 abstenções. **Antônio Grangeiro Saraiva** colocou em votação a Pactuação Interfederativa (SISPACTO) ano de 2019. Informou que a Pactuação Interfederativa (SISPACTO) ano de 2019 foi aprovada. **ITEM 06 – Estruturação da Saúde do Trabalhador no âmbito dos postos de trabalho da Prefeitura Municipal de Palmas, no sentido de implantar o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança em Medicina do Trabalho (SESMT).** **Heguel Albuquerque** fez a apresentação da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

Estruturação da Saúde do Trabalhador no âmbito dos postos de trabalho da Prefeitura Municipal de Palmas, no sentido de implantar o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança em Medicina do Trabalho (SESMT). **Heguel Albuquerque** fez a leitura do Ofício/ SISEMP/N°.020/2019. Este sindicato atua na busca de atendimento dos anseios de seus filiados, bem como, pelas garantias de seus direitos coletivos e individuais e por uma gestão pública pautada pela eficiência, celeridade, probidade e lisura administrativa, vem, por meio deste solicitar o que se segue. É de conhecimento comum que a saúde do trabalhador passou a fazer parte das ações desenvolvidas pelo Sistema Único de Saúde - Sus a partir da Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 200, inciso II, define que compete ao SUS executar ações de saúde do trabalhador. Pode-se resumir tais ações na vigilância e assistência, visando a promoção, a proteção, a recuperação e a reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos a riscos e agravos advindos dos processos de trabalho. A vigilância em saúde do trabalhador compreende uma atuação contínua e sistemática, ao longo do tempo, no sentido de detectar, conhecer, pesquisar e analisar os fatores determinantes e condicionantes dos agravos à saúde relacionadas aos processos e ambientes de trabalho, em seus aspectos tecnológico, social, organizacional e epidemiológico, com a finalidade de planejar, executar e avaliar intervenções sobre esses aspectos, de forma a eliminá-los ou controlá-los. Informou que a provocação do Sisemp é que saía do Conselho Municipal de Saúde um expediente para a prefeitura solicitando que seja estabelecida uma comissão paritária e que essa comissão possa ser implantada não só no âmbito saúde e sim na prefeitura em geral. Seria pertinente que o próprio núcleo de saúde do trabalhador venha até o conselho e apresente quais as ações que estão sendo desenvolvidas. **Antônio Grangeiro Saraiva** informou que a solicitação do Sisemp será encaminhada para a comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador – CIST. **Jaciela Margarida Leopodina** informou que existe uma discussão em termo de política. São duas políticas a política de saúde do trabalhador que é de forma transversal e existe a outra forma de política que é para os trabalhadores do SUS. Se a comissão está consolidada nesse conceito que o (não audível) possa fazer uma orientação, mas não é de responsabilidade do (não audível) fazer aplicação no setor saúde. (não audível). **Raphael Crisanto De Queiroz Franklin** informou que esteve com o pessoal do estado responsável pela saúde do trabalhador e já está com um grupo de ações que vai está tratando justamente desses assuntos. O primeiro ponto a absorção de saúde do trabalhador pelo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

RH para ficar mais próximo para implementação de algumas políticas. O estado está dando todo o subsídio na questão de treinamento e fluxograma de como é a melhor forma de aplicação dessas políticas. Já está sendo feita essa tratativa para organizarmos essa questão de saúde do trabalhador e trazendo mais próximo do RH da saúde, principalmente dos servidores do SUS. Outro ponto seria a questão do PPP, essa é uma questão muito delicada que está relacionada a essa discussão que tivemos e foi o ponto principal na aproximação com o estado. Muitos servidores da saúde já estão se enquadrando na aposentadoria especial é um dos requisitos para ingressar nessa aposentadoria é o PPP com todos os lados. A problemática é que esses laudos durante o período de quase 20 anos não existia legislação nenhuma obrigando ou fazendo com que existisse a necessidade de elaboração desses laudos (não audível). Ressaltou que está em tratativa com PREVIPALMAS para eles se manifestarem e começarem a discussão de regulamentação desses laudos. O estado está dando todo o apoio nesta construção de PPP e a secretaria não está inerte, pois está correndo atrás para a regulação do RH e da saúde do trabalhador. **Raphael Cota Couto** (não audível). **Antônio Grangeiro Saraiva** informou que passará a matéria para a comissão intersectorial de saúde do trabalhador -CIST. **ITEM 07 – Fluxo de atendimento e estrutura no CSC Taquari e demais CSC's que encontram em situações similares.** **Heguel Albuquerque** fez a apresentação do Fluxo de atendimento e estrutura no CSC Taquari e demais CSC's que encontram em situações similares. Informou que propõem que o conselho possa estar visitando alguns postos de trabalhos relacionados aos CSC's e fazer um julgamento para intervir e trazer condições de trabalho para esses servidores públicos, além da estrutura para esses profissionais trabalharem. Os agentes comunitário de saúde tem que cumprir metas e não tem estrutura para qual. Ressaltou que o conselho de saúde seja solidário e faça uma visita nos locais de trabalho desses servidores para que possamos traçar metas para amenizar os problemas dos servidores. **Antônio Grangeiro Saraiva** informou que o conselho assinou um termo de cooperação técnica com o Ministério Público para visitar todas as unidades de saúde de Palmas. Ressaltou que passará uma cópia desse termo de cooperação para o Sisemp. **Luiz Fernando Amaral Neife** informou que tem visitado algumas unidades de saúde de Palmas e no caso de Taquari é uma coisa fora do comum, tanto para o servidor como para o usuário. Foi cobrada em várias reuniões do conselho a respeito da situação de Taquari. Os exames foram suspensos e as pessoas não



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

consegue realizar os exames. As empresas credenciadas estão sem pagamento e o conselho está cobrando a resolução desses problemas. Está suspenso os laudo laboral e os exames cardiologia e não está sendo feito os exames de ultrassom. São 45 dias sem exames porque não tinha mas agenda e as pessoas saia da 806 sul ia na UPA sul com o papel para fazer um raio x e chegando na UPA o nome da pessoa não está no regulador . O raio X estava parado e as pessoas tentando buscar os laudos para dar continuidade no tratamento e estava suspenso. É a resposta que o conselho recebe é que estão regularizando o pagamento . A empresa Tech Capital está desde de outubro sem receber e a empresa suspendeu os laudos e exames porque não tinha mas o que fazer . E estamos vendo propaganda que a cobertura de saúde de Palmas está com 100% de cobertura .**Frederico Frederique Silvério** informou que em taquari tem 7 médicos e a unidade tem uma estrutura física insuficiente. O município com recurso próprio vai construir uma nova unidade em taquari. Em taquari foi implantado um modelo diferente que atende além da estratégia de saúde família ,atende uma espécie de pronto atendimento das demandas espontânea. Ressaltou que vai realizar uma audiência pública com a comunidade esclarecendo alguns pontos e fluxos que serão adotados porque algumas vezes falta informação para o usuário ter acesso adequado a rede. A visita tem que ter uma metodologia depois das 12h e 16h o fluxo já foi atendido e diminuído,principalmente em Taquari com o atendimento das demandas espontânea. Quanto a empresa Tech Capital houve uma briga entre sócios e teve questões trabalhistas e por ordem judicial se bloqueou o pagamento dessa empresa na própria conta da prefeitura . Até eles passarem pela Procuradoria e desenrolarem essa burocracia da própria empresa é que originou essa passivo que contribuiu para isso e como é uma despesa que estava orçada no orçamento do ano passado precisa passar por todo um trâmite de reconhecimento de despesa de exercício anterior e isso está sendo feito. Em relação a suspensão da parte laboratorial dos exames e laudos ocorreu porque devido esse processo ter se emperrado não conseguimos aditivar o quantitativo que precisava para terminar esse contrato e por uma questão legal da lei de licitação que não fazemos igual muitos fazem por aí que primeiro compram e depois que vão licitar e por isso foi necessário suspender até a regularização o aditivo foi feito e a empresa voltou a atuar e o laboratório voltou a abrir a agenda. Ressaltou que os itens 11 e 12 é necessário que seja aprovado. Em relação ao deficit orçamentário da saúde o conselho tem toda a autonomia de analisar e olhar a dívida



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

que se passou de 2017 para 2018 ela teve uma redução 2018/2019 mas temos ainda que conciliar várias questões. Temos as reivindicações dos servidores que são pessoas que merecem toda a atenção da gestão e tudo tem que caber dentro do orçamento. Ressaltou que já tem um projeto de extensão de horário e Palmas foi a primeira capital a se habilitar para atender em horário estendido porque já estávamos com tudo isso planejado para implementar o quanto antes. Temos 16 unidades que terão o horário estendido é necessário financiamento federal para conseguir pagar isso,mas é algo necessário para melhorar alguns indicadores. **Sandra Maria Ribeiro Leitão** informou que é necessário que as demandas das unidades de saúde seja registrada e respondida oficialmente,pois as vezes os conselheiros trazem algumas demandas e não são respondida oficialmente apenas oralmente pelos secretário é necessário que essas respostas seja respondidas oficialmente. **Brito** informou que o conselho local de taquari e atuante e vem detectando as demandas e passando para a gestão e o Conselho Municipal ,mas o conselho local não está tendo retorno das demandas enviadas para o conselho e para secretaria. O conselho Local de Taquari está quase sem finalidade. **Antônio Grangeiro Saraiva** informou que todas as demandas recebidas dos conselhos locais o conselho municipal encaminha para a Secretaria Municipal de Saúde e fica aguardando o retorno para encaminhar ao conselho local de saúde. **Reijane Gomes de Souza** informou que é presidente do conselho local de Taquari e é servidora municipal de saúde e atua na recepção do centro de saúde de Taquari e conhece a realidade do centro de saúde. Desde de 2017 o conselho local vem lutando e na gestão passada não houve êxito ,mas nessa nova gestão estão respondendo ofícios em relação a estrutura física e os médicos para a unidade. Está faltando técnico em enfermagem,agente de saúde e técnico administrativo. Os profissionais estão ficando adoecidos e o pessoal do Taquari e totalmente dependente do SUS. Como presidente do conselho local vai está lutando pela comunidade de Taquari é necessário ajudar essa comunidade e achar uma solução imediata **Antônio Grangeiro Saraiva** informou que o conselho está a disposição do conselho local de Taquari.**Frederico Frederique Silvério** informou que há um fluxo pela manhã e durante a tarde esse fluxo vai diminuindo. Ressaltou que vai fazer o compromisso de trazer os números e a transparência e não ficarmos em palanques.Ressaltou que vai trazer os dados e quais são as demandas reprimidas nos exames de especialidades,pois não são todos os exames que estão com demanda reprimida. Vamos mostrar a fila de regulação e onde está a demanda reprimida



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

dos exames e até mesmo trazer para o grupo indicar soluções e ver a questão orçamentária e financeira de onde podemos tirar cotas para atender essa demanda reprimida. Existe algumas especialidades que a nossa cidade não dispõe para credenciamento e vamos trazer e apresentar toda a demanda reprimida tanto as especialidades e exames .Esse é um compromisso que assumimos para a próxima pauta.

Heguel Albuquerque informou que a sugestão é que o conselho,o sindicato e a gestão visite o CSC Taquari em pontos diferentes e outros pontos de trabalho. Em relação a fotos e importante a garantia do atendimento e principalmente no caso do sindicato que atua no quesito de zelar pela saúde do trabalhador e pela integridade física desse trabalhador. É importante que essa garantia seja durante toda a jornada de trabalho. O computador da recepção tem 15 dias que está quebrado é necessário ter condição de trabalho e zelar pela saúde e integridade física desses trabalhadores. **Antônio Grangeiro Saraiva** informou

que o expediente do sindicato vai ser encaminhado para a comissão do Conselho Municipal de Saúde. **ITEM 08 – Apreciação e Deliberação de arquivamento da proposta**

apresentada de instituição de um Código de Ética para o Conselho Municipal de Saúde e Servidores da Semus de Palmas-TO. Antônio Grangeiro Saraiva fez a leitura

do Ofício/SALM-TO/031/2019 que diz: Assunto: Solicitação de arquivamento da proposta apresentada de instituição de um Código de Ética para o conselho municipal de Saúde e servidores da SEMUS de Palmas-TO Após cumprimentá-lo cordialmente, vimos apresentar a Vossa senhoria, solicitação de arquivamento da proposta de instituição de um código de ética para este colegiado na última reunião ordinária do mês de março do ano de 2019, apresentada pelo conselheiro Giancarlo Montemor Quarquirello, representante do segmento dos trabalhadores, membro da mesa diretora e membro da comissão de ética, ato inserido no último regimento interno do CMS; CONSIDERANDO que embora a proposta tenha sido encaminhada para os e-mails dos conselheiros e conselheiras antecipadamente, poucos manifestaram-se apropriação do referido documento para análise e aprovação, o que prejudica a aprovação de um código que incidirá sobre este conselho; CONSIDERANDO o esvaziamento da plenária na hora da discussão; CONSIDERANDO a não apresentação de referências de aplicação de um código de ética em conselhos; CONSIDERANDO o baixo índice de conflitos existentes, entendemos que instituir uma normativa para um colegiado que é deliberativo com base no seu pleno e tem como prerrogativas fiscalizar os serviços públicos, pode ferir a autonomia da mesa diretora e de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

seu pleno; CONSIDERANDO os conflitos de aplicabilidade do referido código a conselheiros ou a servidores sem o devido embasamento jurídico; CONSIDERANDO a não discussão do documento pela comissão de ética em sua totalidade, devido a problemas de saúde de membros; Sociedade de Apoio à Luta Pela Moradia do Tocantins – SALM-TO CNPJ 03.330.820/0001-30 Quadra 1.306 Sul, Alameda 02, Lote 42, 77024-584 - Palmas – TO Fone: (63) 32161193 e-mail: mnlmtocantins@gmail.com CONSIDERANDO a sugestão do subsecretário de que todos os conselheiros/as estão no mesmo patamar de servidor público e, portanto, todos poderão responder judicialmente por atos aos serviços públicos ou desacato aos servidores; Diante das considerações acima mencionadas, as entidades abaixo discriminadas, tais como: Associação de pais e Amigos dos Excepcionais de Palmas - APAE, Associação Brasileira de Enfermagem Seção Tocantins - ABEn-TO, Sociedade de Apoio à Luta pela Moradia do Tocantins – SAM-TO, solicitamos o arquivamento da proposta de instituição de código de ética, bem como a supressão do regimento interno deste colegiado, e sugerimos que quando emergir conflitos que infrinjam o regramento público, que se institua uma comissão temporária para realizar encaminhamentos necessários aos órgãos competentes, mesmo porque poderá ocorrer conflito de interesses em uma comissão já instituída. **Mário Augusto Santana dos Anjos** informou que a postura de ética é incondicional e irrefutável e já viu coisas bárbaras acontecer em conselhos. É necessário ter um código de ética que prevaleça sobre a conduta do conselho. **Vilma Maria Gomes da Silva** informou que no código de ética tem muita coisa irrelevante principalmente quando trata dos servidores. **Giancarlo de Montemor Quagliarello** informou que o código de ética não é para servidores e sim para conselheiros. O código de ética foi apresentado mas não foi aprovado e foi retirado de pauta para análise. Ressaltou que é favorável ao arquivamento do código de ética. É o conselho tem problemas de ética. Informou que como coordenador da comissão de ética gostaria de entregar o seu cargo de coordenador da comissão por haver prejuízo a ética instituída no Conselho Municipal. **Joseane Araújo Franco** informou que participou com outras entidades discutido a respeito do código de ética. Outras entidades discutiram a respeito do código de ética e foi feito um documento só que não chegou a tempo. Vários conselheiros são contra esse documento. Informou que fez uma pesquisa na internet e esse documento ao qual o conselho municipal se baseou é de São Paulo e ele é cheio de conflito. **Antônio Grangeiro Saraiva** informou que a plenária é soberana e decide a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

respeito do arquivamento ou não do código de ética. **Frederico Frederique Silvério** informou que é necessário discutir o código de ética e como vai ser aplicado esse código. Ressaltou que sugere que seja utilizado enquanto não tem um código próprio que seja usado o estatuto do servidor municipal até construir e aprovar o próprio código de ética do conselho. **Stefhane Santana da Silva** informou que concorda que seja discutido um regime disciplinar e de ética porque já aconteceu algumas situações que ferem a ética no âmbito do conselho. Está tendo divergência quanto ao conteúdo que está no código de ética e isso é passivo que seja feito um debate e realinhar as coisas que estão no código de ética. **Frederico Frederique Silvério** solicitou o pedido de vista do arquivamento da proposta apresentada de instituição de um Código de Ética para o Conselho Municipal de Saúde e Servidores da Semus de Palmas-TO. **Antônio Grangeiro Saraiva** colocou em votação o pedido de vista solicitado pelo conselheiro Frederico Frederique Silvério. Informou que o pedido de vista foi aprovado. Ressaltou que gostaria de retirar o item 09 de pauta. Informou que o item 09 foi retirado de pauta. **ITEM 10 – Apreciação e Deliberação da Contratação de Atendimento Multiprofissional de Nível Superior: Fonoaudiólogo e Fisioterapeuta; Consultas em Especialidades: Neurologia; a Ser Executado pela Associação de Pais e Amigos Excepcionais de Palmas-APAE. ITEM 11 – Apreciação e Deliberação da Contratação dos Exames Radiológicos Com e Sem Laudo, Tomografia Computadorizada, Ressonância Magnética sem Contraste /sem Sedação, Ultrassonografia de Abdômen Total, Ultrassonografias dos Demais Sistemas e Mamografia a ser Executado Pela Empresa Razão Social: Olimpo e Olimpo Radiologia LTDA, Nome Fantasia: Instituto de Radiologia e Medicina Diagnóstico. ITEM 12 – Apreciação e Deliberação da Renovação do Contrato de Credenciamento da Cooperativa de Médicos Anestesiologistas do Tocantins-COOPANEST; Laboratório São Gabriel; Laboratório Biolad, Rede Exemplo de Laboratório, Laboratório LabExato, Laboratório Mais Saúde e Laboratório Ética, Especializados na Realização de Exames de Análises Clínicas. Valmir Lucas** fez a apresentação dos itens 10,11 e 12. **Mário Augusto Santana dos Anjos** informou que a comissão de acompanhamento da rede conveniada e/ou credenciada ao SUS se reuniu e em relação a contratação da APAE houve um questionamento devido a falta de profissional e a conselheira Vilma justificou que o município e o estado estaria disponibilizando o profissional. O questionamento da comissão foi como aprovar a contratação de um serviço sendo que a instituição que vai



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

prestar o serviço não tem profissional. A comissão levou em consideração que uma vez que o município e o estado disponibilize esses profissionais conforme a conselheira relatou para a comissão a contratação da APAE está aprovada. Ressaltou que falou com secretário posteriormente para apresentar o nome dos profissionais. A respeito da renovação dos contratos houve questionamentos e a comissão entendeu que os contratos feitos por essa gestão gostaria de explicação porque os contratos de 12 meses em nenhum dos prestadores pelo menos na área de análise clínica não consegue atingir nem metade do ano. Tem uma projeção orçamentária que é o valor de contrato e tem uma programação de tempo de contrato. Pelo tempo de contrato esses laboratórios só estaria sendo revalidado realmente em dezembro, mas a gestão está pedindo agora porque já analisou os valores se não tem mais saldo financeiro no contrato. Como representante falou para a comissão que uma coisa é o valor que a gestão está contratualizado, mas esse valor é o que prevalece. O lado positivo da gestão é que os prestadores atendem a demanda do município de Palmas, ou seja, os usuários dos SUS são atendidos. A consequência é que apenas o contrato não chega a atingir um ano. É fornecido a gestão mensalmente relatórios individualizados de cada unidade que o prestador atende e esses dados fazem com que a gestão possa ver quanto cada unidade produz em média individualmente. A gestão é municiada de informações e tem conhecimento em média o que cada unidade produz. Ressaltou que fica aprovada pela comissão a renovação dos credenciados. Em relação aos contratos novos todo município tem uma verba MAC destinada para compra de serviços e a gestão está cumprindo seu papel ao comprar esses serviços. Ressaltou que a comissão aprova a contratação dessas empresas. **Vilma Maria Gomes da Silva** informou que duas fisioterapeutas que se apresentaram na APAE e vai apresentar no conselho todos os profissionais enviados para a APAE. **Frederico Frederique Silvério** informou que a APAE foi contemplada com emenda parlamentar que exige que ela seja habilitada no SUS. Estamos partindo de uma previsão que são consultas que serão reguladas podemos no final do credenciamento credenciar o que de fato é. Os dados são estimativas conforme o primeiro dado passado pela APAE. Claro que para dar continuidade a esse credenciamento da APAE eles vão ter que apresentar o corpo de profissionais e os responsáveis técnicos. Esse é um processo importante para que a instituição possa receber novas emendas parlamentares para a estruturação do serviço. Por exemplo em Colinas um CER Estadual funciona na APAE e recebe recurso do Ministério da Saúde e tem um serviço muito bem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

estruturado e até além da demanda que é referenciada para aquele município. Esse é o primeiro passo para APAE para que daqui há algum tempo ela possa se reestruturação e venha a ser credenciada em outros serviços de habilitação. **Luiz Fernando Amaral Neife** questionou se o financeiro do MAC é mensal ? está sendo repassado para todos e mesmo assim ficou com esses atrasos ? **Frederico Frederique Silvério** informou que o teto MAC tem o seu cálculo conforme a rede serviço que dispõem têm um teto .Dentro desse teto tem SAMU,UPA,CAPS e recursos que são vinculados ao teto MAC que pode pagar servidor e contratação de serviço desde que esteja vinculado àquele objeto do programa de média e alta complexidade , só não pode pagar com recurso MAC o que seria da atenção básica. O município aporta muito recurso para atender a essa questão do diagnóstico .Ressaltou que sempre estão precisando de aditiva ou antecipar a renovação de contrato porque o saldo se consome e quando o saldo se consome temos que achar orçamento para lançar para esses contratos para renovar. Muitas vezes não fazemos os 12 meses que seria o ideal adequado porque dependemos de remanejamento orçamentário para essas áreas. **Antônio Grangeiro Saraiva** colocou em votação os itens 10,11 e 12.Informou que os itens 10,11 e 12 foram aprovados. **Mário Augusto Santana dos Anjos** informou que a licitação é um instrumento legal porém a chamada pública também é um instrumento legal. O presidente do Conselho foi questionando porque vai mudar a chamada pública de laboratório que só onera o município em 0,09% isso quer dizer que da verba paga a laboratórios apenas 0,09% é utilizado recurso do município e o resto é pago com dinheiro federal . Laboratório tem suas qualidades como a assistência integral e exames entregue em prazo espetacular,urgências entregue no prazo de duas horas nos casos das UPAS e na assistência básica exames no prazo de quatro dias. Ressaltou que não soube o que responder porque tem que ser feita licitação para exames de excelência e ainda questionando que as demais contratações não passaram por licitações. Na parte de laboratório é uma excelência e Palmas está de parabéns. O número de exames ofertados em 2018 foi 209 tipos de exames mais no geral foi 281 tipos de exames e a média que o município paga com recursos próprios é de 497 reais. Isso gerou questionamento e o rapaz falou que se isso acontecer vai recorrer na justiça. Ressaltou que o trabalho dos laboratórios é de excelência, existem 7 prestadores privados credenciados e ainda tem um laboratório municipal. **Frederico Frederique Silvério** informou que toda contratação pública e regulamentada pela lei nº8.666 e pela lei do pregão eletrônico. Quanto se faz um



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALMAS-TO

credenciamento estamos fazendo uma inelegibilidade de licitação. Quando se vai nos critérios de inelegibilidade de licitação vai se fundamentar que o mercado não dispõem de concorrente para competir então abre um credenciamento fixando um valor e credencia todos os que surgirem com aquele preço fixado em tabela. Quando diz que 0,09% acha que está se referindo ao valor que é de complementação em toda aquela tabela e isso não significa que o município esteja colocando apenas 0,09% porque no aperto orçamentário dos recursos da média e alta complexidade tem que aportar mais recursos próprios nessa questão da execução. É essa execução desses exames em conjuntos no orçamento total tem um peso relevante e o total chega a 5 milhões por ano. Essa foi a decisão da gestão e tem laboratórios para concorrer e testar esse mercado e ver se realmente essa concorrência é possível. Em relação a imagens tem um tabelamento próprio de uma complementação que dá 800 reais em um único procedimento de complementação. Será que não pode jogar isso para licitar e o mercado dizer que não pode me pagar mas barato e se esse credenciamento por inelegibilidade não já está ultrapassado. Ressaltou que é diante isso e é até uma obrigação legal e daqui a pouco pode haver questionamento de órgão de controle. Licitação tem o prazo de impugnação legal do edital e todos os interessados podem impugnar algum ponto que entenderem no edital e a administração tem que responder essas impugnações e até mesmo por ventura um órgão de controle como o Tribunal de Contas do Estado pode vir a se manifestar a respeito do procedimento. Isso não é uma questão com os laboratórios foi uma decisão de todos os exames que possui possibilidade de haver concorrência e menor preço vamos tentar licitar. Os credenciamentos estão sendo renovados justamente nessa perspectiva no caso de houver alguma frustração na licitação. **Mário Augusto Santana dos Anjos** informou que na chamada pública é estritamente usada a tabela SUS. A preocupação é que tem dois malandros disfarçados de laboratórios em Palmas que para entrar e jogar os concorrentes fora eles jogam um preço inexecutável abaixo da tabela do SUS e joga o concorrente fora, depois que ganha a licitação os dois malandros que, um deles teve problema até com a polícia, e eles praticam isso na Secretaria Estadual de Saúde do Tocantins é uma prática comum aplicar um preço inexecutável para depois o preço ser realinhado para ganhar propinas. Ressaltou que a licitação deve ser reportada a comissão de acompanhamento da rede conveniada e/ou credenciada do SUS. Ressaltou que já está de olho no malandro que faz esse tipo coisa. **ITEM 13 – Informe das Comissões.** sem

